



UFSM

Trabalho de Graduação

OS EFEITOS DA INFLAÇÃO NA ANÁLISE DO RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO

Dariana Somavilla Avinio
Giovani Adornes de Oliveira

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Santa Maria, RS, Brasil

2004

OS EFEITOS DA INFLAÇÃO NA ANÁLISE DO RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO

por

Dariana Somavilla Avinio
Giovani Adornes de Oliveira

Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito da Disciplina CTB 516 Trabalho de Graduação em Ciências Contábeis.

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Santa Maria, RS, Brasil

2004

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis

A orientadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Graduação

**EFEITOS DA INFLAÇÃO NA ANÁLISE DO RETORNO
SOBRE O INVESTIMENTO**

Elaborado por
Dariana Somavilla Avinio
Giovani Adornes de Oliveira

Orientadora

Prof. Selia Grabner

Santa Maria, novembro de 2004

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente aos nossos queridos pais, que sempre estiveram presentes nas horas em que mais precisávamos deles, que sempre nos apoiaram, nos incentivaram e acreditaram que seríamos capazes.

Às pessoas que amamos, pela compreensão nos momentos de ausência, nos dando forças e entendendo nossas dificuldades.

A querida, inesquecível e amada Bethe por ser tão amiga, responsável, aluna e profissional exemplar, que nos mostrou como devemos fazer para nos tornarmos melhores.

Às amigas Carolina Avinio e Lilian Saccol pela boa vontade e ajuda na aquisição de bibliografia para o desenvolvimento deste trabalho.

A nossa orientadora Selia Grabner pela paciência e disposição no esclarecimento de dúvidas.

A todos os professores que participaram da nossa vida acadêmica, nos transmitindo conhecimento.

Enfim, a todos os amigos e colegas que, de alguma forma estiveram dispostos a nos ajudar, nosso muito obrigado.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE CONTABILIDADE	4
2.2 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	6
2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
2.3.1 Balanço Patrimonial	11
2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício	12
2.3.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	13
2.3.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	13
2.3.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)	14
2.4 Inflação e Correção Monetária	15
2.4.1.1 Índices de inflação	18
2.4.2 Correção Monetária	21
2.4.2.1 Correção Monetária Convencional	22
2.4.2.2 Correção Monetária Integral	23
2.5 ANÁLISE DE BALANÇOS	24
2.5.1 Conceito de Análise de Balanços	24
2.5.2 Objetivos da Análise de Balanços	25
2.5.3 Importância da Análise de Balanços	26
2.5.4 Metodologia	28
2.5.5 Técnicas de Análise	29
2.5.5.1 Análise Vertical/Horizontal	29
2.5.5.2 Análise Através de Índices	30
2.5.5.2.1 Índices de Liquidez	31
2.5.5.2.1.1 Liquidez Absoluta, Imediata ou Instantânea (LI)	32
2.5.5.2.1.2 Liquidez Seca	32
2.5.5.2.1.3 Liquidez Corrente	32

2.5.5.2.1.4	Liquidez Geral	32
2.5.5.2.1.5	Solvência Geral	33
2.5.5.2.2	Índices de Endividamento ou de Estrutura	33
2.5.5.2.2.1	Endividamento Geral	33
2.5.5.2.2.2	Garantia de Capital de Terceiros	33
2.5.5.2.3	Índices de Rotação	34
2.5.5.2.3.1	Rotação do Ativo	34
2.5.5.2.3.2	Rotação do Patrimônio Líquido	34
2.5.5.2.3.3	Rotação ou Giro do Ativo Operacional	34
2.5.5.2.3.4	Rotação ou Giro do Ativo Total Médio	35
2.5.5.2.3.5	Rotação ou Giro do Ativo Permanente	35
2.5.5.2.3.6	Prazo Médio de Renovação do Estoque	35
2.5.5.2.3.7	Prazo Médio de Recebimentos de Contas a Receber	35
2.5.5.2.3.8	Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores	35
2.5.5.2.4	Análise da Rentabilidade	36
2.5.5.2.4.1	Taxas de Retorno	37
2.5.5.2.4.1.1	Margem operacional ou Margem Líquida	37
2.5.5.2.4.1.2	Giro do Ativo	38
2.5.5.2.4.1.3	Retorno sobre o Investimento ou Retorno Sobre o Ativo	38
2.5.5.2.4.1.4	Custo da Dívida	40
2.5.5.2.4.1.5	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	40
2.5.5.2.4.1.6	Grau de Alavancagem Financeira	41
2.5.5.2.4.1.7	Alavancagem Financeira	41
3	DESENVOLVIMENTO	44
4	CONCLUSÃO	51
	BIBLIOGRAFIA	53

1 INTRODUÇÃO

A taxa de retorno do investimento é importante não só para a empresa, mas também para a economia do país. Com taxas de retorno satisfatórias no comércio, indústria e agricultura, os investidores sairão do risco do mercado financeiro para o retorno mais seguro de um dos três setores.

As empresas necessitam saber o rendimento de seus esforços de trabalho e capital, necessitam conhecer o quanto estão sendo remuneradas, é questão de sobrevivência. Deste conhecimento podem emergir decisões importantes, como: se é possível investir mais, mudar de atividade, ou até mesmo alugar os estabelecimentos.

Atualmente a taxa de inflação, apesar de reduzida, ainda existe no Brasil, o que faz com que os demonstrativos contábeis tornem-se irrealistas, necessitando-se que haja correção monetária. Dessa maneira este trabalho propõe a seguinte pergunta: Que distorções a correção dos índices de inflação geram sobre a determinação do retorno do investimento?

A importância do assunto deste trabalho verifica-se nas decisões da administração que determinam o rumo da empresa, e às vezes são tomadas com base nos demonstrativos contábeis que estão a valor

histórico e, portanto podem determinar decisões diferentes se forem corrigidos. A análise de balanços realizada com base nestes demonstrativos, não corrigidos, também será prejudicada.

Buscou-se neste estudo demonstrar que diferenças em certos índices podem acarretar mudanças importantes na empresa. Imagine-se uma empresa comercial que traça metas de expansão quando obtiver crescimento superior a 10%. Se ela obter um índice equivocado de 8% não utilizando a correção monetária, pode estar perdendo uma oportunidade de crescimento.

Entende-se que este assunto deveria ser mais focado e discutido pois atualmente os empresários não dão a devida atenção satisfazendo-se em atender o fisco, quando muito utilizam a contabilidade como fonte de informação. Aqueles que a utilizam como informação devem estar atentos para o efeito da correção monetária.

Portanto observa-se que com dados mais precisos o empresário terá uma visão mais próxima da sua realidade.

O presente trabalho foi realizado tendo como base os demonstrativos financeiros dos anos base de 2002 e 2003 da empresa Concepa – Fre Way, publicados no jornal Zero Hora de março de 2004. As informações contábeis são uma das principais armas dos gestores na tomada de decisões, e uma informação incompleta pode levar a uma decisão errada, prejudicando o desempenho da empresa.

O conhecimento da remuneração do capital investido em uma empresa é de vital importância para seus sócios. O fato da correção monetária nos demonstrativos contábeis estar proibida no Brasil para fins de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição

Social, causando distorções nas informações e análise da rentabilidade, foi o principal motivo da realização desse trabalho.

O objetivo principal é demonstrar os efeitos que a falta de reconhecimento da inflação nos demonstrativos contábeis podem causar na análise do Retorno do Investimento

Para que tal objetivo fosse alcançado primeiramente tratou-se da análise teórica das informações contábeis passíveis de utilização, buscando através de pesquisas bibliográficas, um referencial teórico que abordasse o referido tema. Posteriormente utilizou-se um exemplo prático que pudesse evidenciar o problema da inflação nas informações contábeis.

Realizou-se um estudo pesquisando e analisando os demonstrativos contábeis da empresa Concepa para que fosse verificada a veracidade do que está sendo proposto. Foram analisados os demonstrativos de dois anos bases, corrigidos pela correção monetária convencional, calculados os principais índices de retorno do investimento a valor histórico trazendo-os para a moeda constante. Fez-se, então, comparações evidenciando as principais distorções que a falta de correção monetária acarreta no processo decisório da empresa em estudo.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Para que se tenha uma maior clareza do que será exposto neste trabalho, verifica-se a necessidade de revisar alguns aspectos e ferramentas contábeis de grande importância para a análise das demonstrações contábeis.

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE CONTABILIDADE

Os administradores, no âmbito de sua função, devem estar sempre atentos à situação econômico–financeira da empresa para a tomada de decisões. Para isso necessitam de informações que estejam em conformidade com seus modelos decisórios.

Destaca-se, dessa forma, a contabilidade como uma ferramenta ligada à administração e responsável por essas informações que são úteis e significativas no alcance dos objetivos da organização. Sendo assim, serão abordados alguns conceitos para que se tenha uma melhor percepção do que é contabilidade.

Segundo Franco (1997, p.19) “É um conjunto de conhecimentos sistematizados, com princípios e normas próprias, ela é, na acepção ampla do conceito de ciência, uma das ciências econômicas e administrativas.”

A contabilidade é tida como uma ciência, possui método, possui base experimental que a caracterizam como ciência. É o ramo do conhecimento humano voltado para os objetivos econômicos.

Analisando-se um conceito com enfoque mais administrativo, segundo Braga (1999, p.21), tem-se:

Entre os diversos instrumentos utilizados pela administração é importante destacar o papel da contabilidade, como meio especialmente concebido para captar, registrar, acumular, resumir, medir e interpretar os fenômenos que afetam a situação patrimonial, financeira e econômica de qualquer empresa, seja qual for o seu ramo de atividade ou sua forma jurídica.

A contabilidade é um instrumento da administração e para ser útil deve adaptar-se as necessidades desta. A complexidade da tomada de decisões nos negócios da empresa requer o uso sistemático da contabilidade para controle e planejamento administrativos, ou seja, ainda em conformidade com Braga (1999, p.21)

A contabilidade como instrumento para as funções de controle e planejamento da administração é projetada no sentido de fornecer dados suplementares de maneira sistemática e oportuna, para facilitar a avaliação, seleção e subsequente análise dos planos.

Fica claro nestes conceitos a importância da dualidade contabilidade e administração que, imaginando-se uma sem a outra, a administração não teria controle e a contabilidade serviria apenas para finalidade fiscal.

Nota-se, então, que a contabilidade é de extrema importância para o estudo e compreensão de dados, representando um dos meios

utilizados para o controle patrimonial, demonstração de resultados e prestação de informações essenciais a tomada de decisões.

As informações contábeis, portanto, devem ser eficazes e corretas, ressaltando-se desta forma a essencialidade do reconhecimento dos efeitos da inflação nos demonstrativos contábeis, pois é a partir destes que serão calculados os índices de Retorno do Investimento.

2.2 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

A exatidão das informações contábeis dependerão da observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que dão base à Ciência Contábil. Dessa forma serão abordados alguns destes Princípios que estão ligados ao reconhecimento dos efeitos da inflação nas Demonstrações Contábeis e na análise do Retorno do Investimento.

O Princípio da Competência segundo Iudícibus (1998, p.32):

Este princípio estabelece que o reconhecimento das receitas e despesas está identificado com períodos específicos e associados ao surgimento de fatos geradores de natureza econômica, legal e institucional, não sendo evento fundamental para tal reconhecimento de numerários.

Conforme Franco (1997, p.201) "... consiste em apropriar todas as receitas geradas no mesmo período, mesmo que ainda não recebidas, bem como todos os custos a elas correspondentes."

Para os objetivos deste trabalho este princípio é de fundamental importância, devido ao efeito direto do reconhecimento da despesa no resultado do exercício e, conseqüentemente, refletida no Retorno do Investimento.

Outro princípio relevante é o Princípio do Custo como Base de Valor ou Registro pelo Valor Original. Este princípio assegura que os valores a serem registrados pela contabilidade nas transações com o mundo exterior sejam os valores de entrada na data em que ocorreu a transação. Estes registros servem de base para a formação do custo do serviço prestado (no caso do presente estudo) e de algumas despesas, portanto, terão influência direta no índice de Retorno do Investimento.

Segundo Ludícibus (1998, p. 30):

Um ativo é incorporado nos registros contábeis pelo preço pago para adquiri-lo (mais desembolsos necessários para colocá-lo em condições de funcionamento ou de venda) ou pelo custo dos insumos utilizados para fabricá-los; este valor é a base para todas as contabilizações subseqüentes relativas ao uso do ativo.

O Princípio da Continuidade é importante para este trabalho e também para todas as demonstrações financeiras. Conforme Ludícibus (1998, p.29) “A contabilidade, portanto, gosta de analisar e “ver” a empresa como “algo em movimento” continuado (*going concern*), com investimentos, consumos, poupança, reinvestimentos e assim por diante”. Garante este Princípio que os valores de entrada determinados pelo Princípio do Custo Histórico sejam os mais adequados a serem utilizados. Pressupondo-se que a empresa não tenha continuidade, os valores dos ativos não representariam a realidade devido a possível venda imediata, o que poderia acarretar uma grande desvalorização em alguns itens e valorização em outros, conforme a lei da oferta e da procura.

Destaca-se também a importância do Princípio do Conservadorismo ou Prudência, que de acordo com Ludícibus (1998, p.36):

... o conservadorismo significa que, quando o contador confrontar-se com duas avaliações de ativos, igualmente válidas do ponto de vista do princípios contábeis geralmente aceitos, registrará o evento de tal forma que o Patrimônio Líquido resultante será o menor .

O mesmo também tem reflexo no cálculo do Retorno do Investimento, pois terá efeito na avaliação dos ativos, podendo alterar registros de despesas de depreciação, exaustão, etc... e custos.

O Princípio do Denominador Comum Monetário visa padronizar a representação quantitativa dos itens contábeis de naturezas diferentes. Este princípio garante que se possa fazer comparações de itens monetários e não monetários pois estão representados em valores de uma mesma moeda. Portanto dão suporte as comparações de análise de balanços, sendo que o índice do Retorno do Investimento, o qual enfatizamos, é um índice comparativo. E de acordo com Ludícibus *et. all* (2000, p.54):

Este princípio expressa a dimensão essencialmente financeira da Contabilidade, na necessidade que esta disciplina sente de homogeneizar, para o usuário das demonstrações contábeis, ativos e obrigações de naturezas tão diferenciadas entre si, pelo denominador comum monetário, que é sua avaliação em moeda corrente do país.

Analisa-se agora o Princípio da Atualização Monetária que é o mais importante para este estudo.

Este princípio assevera que a moeda perde seu valor ao longo do tempo. Esta desvalorização além de afetar o poder aquisitivo, afeta as informações geradas pela contabilidade, e o Retorno do Investimento conseqüentemente também é afetado, conforme tentar-se-á demonstrar ao longo do trabalho.

Conforme *Iudicibus et. all* (2000, p.65) tem-se:

Art.8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Parágrafo único. São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art.7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por conseqüência, o do Patrimônio Líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

Viu-se até então, em linhas gerais, o conceito de contabilidade e os princípios de maior relevância para este estudo. Será evidenciado então, no próximo item, as demonstrações contábeis, pois as mesmas servem de base para a análise de balanços que também será estudada.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Sendo a contabilidade fonte de informação, analisar-se-á o modo pelo qual a contabilidade compila os seus registros para melhor transmiti-los: as demonstrações contábeis.

Conforme Franco (1997, p.139):

Para atingir seu fim, que é o de assegurar o controle do patrimônio e fornecer informações e orientação sobre sua composição e variações, a contabilidade faz demonstrações desse patrimônio e, de suas variações dos pontos de vista sintético e analítico, através de técnicas especiais que obedecem aos princípios contábeis.

As demonstrações podem ser sintéticas ou analíticas, as analíticas são os inventários e as sintéticas os balanços.

Essas demonstrações tem o objetivo de prestar contas a terceiros, (acionistas, governo, clientes). Elas evidenciam os valores que as suas atividades geram no período, podendo fornecer a estes terceiros e a própria empresa o seu resultado econômico.

Analisando Franco (1997, p.140) tem-se:

O registro dos fatos contábeis, realizados de forma analítica e em ordem cronológica não é suficiente para atingir a finalidade informativa e orientadora a que se destina a contabilidade dada a heterogeneidade dos fenômenos patrimoniais. Daí a utilização pela contabilidade de uma técnica expositiva que compreende o levantamento das chamadas demonstrações contábeis, através das quais é feita a demonstração expositiva dos componentes patrimoniais e de suas variações.”

Fica claro que estas demonstrações possuem técnica própria e padronização, quando estas técnicas são elaboradas para exposição dos valores da empresa de forma resumida, respeitando o método das partidas dobradas, chamamos de Balanço.

As demonstrações financeiras exigidas pela Lei n.º 6404/76 são:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;

- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração da Origem e Aplicação do exercício;

2.3.1 Balanço Patrimonial

Observa-se a seguir o que dizem os autores para o melhor entendimento do conceito de Balanço Patrimonial.

Segundo Matarazzo (2003, p.41):

É a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – Ativo – assim como as obrigações – Passivo Exigível – em determinada data. A diferença entre Ativo e Passivo é chamada Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa...

Conforme Franco (1997, p.140) “O Balanço Patrimonial é a representação sintética dos elementos que formam o Patrimônio evidenciando a equação existente entre os capitais obtidos (Passivo) e os aplicados no seu complexo patrimonial (Ativo).”

Sendo assim, o Balanço Patrimonial cumpre a função de divulgação da informação contábil dentro do período a que se destina, contendo no seu bojo todos os valores patrimoniais de forma qualitativa e quantitativa. Portanto, amplia a visão científica da contabilidade, pois é a pedra fundamental da análise de balanços.

2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício é apresentada de forma dedutiva e vertical, trazendo primeiramente as receitas e despesas e por fim o lucro ou prejuízo.

Segundo Matarazzo (2003, p.45) “A Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dos aumentos e reduções causadas no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa.”

Também esclarece Braga (1999, p.91):

A Demonstração do Resultado do Exercício deve apresentar o resumo das variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas), ocorridas em determinado período de tempo, normalmente no exercício social, em função da exploração das atividades operacionais da empresa.

A Demonstração do Resultado do Exercício serve para haver destaque do resultado líquido do período, sendo identificada, de forma resumida, as operações realizadas pela empresa, durante o exercício social.

De acordo com Braga (1999, p.92) “A finalidade básica da DRE é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo”.

Para este trabalho a Demonstração do Resultado do Exercício é de vital importância, pois a partir dela será calculado os índices de Retorno do Investimento.

2.3.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

Para a elaboração da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, parte-se do saldo no início do exercício e conforme ajustes, acréscimos e diminuições, chega-se ao saldo final, que é aquele que aparece no Balanço Patrimonial.

Para Greco e Arend (1997, p.118) “A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da Entidade”.

Com essa demonstração obtém-se uma visão do lucro do período, como ele foi distribuído e a sua movimentação na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.

2.3.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Essa demonstração é muito importante pois complementa os demais dados que constam no Balanço e na Demonstração do Resultado do Exercício.

Segundo Iudícibus *et. all* (2000, p.331) a DMPL “...fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e mostra a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição do Patrimônio Líquido durante o exercício.”

Nota-se que, sendo a DMPL feita dessa forma, será englobada a DLPA, portanto a empresa que apresentar a DMPL não precisará elaborar a DLPA, pois esta está contida naquela.

A instituição CVM (Comissão de Valores Mobiliários) n.º 59/86, tornou obrigatória a DMPL, para Companhias Abertas (S.A).

2.3.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

De acordo com Neve e Viceconti (1997, p.69)

Essa Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) visa identificar as modificações ocorridas na posição financeira de curto prazo da empresa, motivada pelo ingresso de novos recursos, além dos gerados pelas próprias operações, e a forma como estes foram aplicados, cujo excesso ou insuficiência reflete no aumento ou diminuição no Capital Circulante Líquido (CCL).

O CCL é a diferença entre o total do Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

Nota-se que essa demonstração é de extrema utilidade pois fornece dados não contidos nas demais demonstrações financeiras, evidenciando as modificações na posição financeira da empresa pelo fluxo de recursos.

Greco e Arend (1997) salientam a importância da DOAR no acompanhamento de desenvolvimentos de novos projetos, podendo comparar os valores realizados com os orçados, não só para fins internos da administração e acionistas mas também pelos agentes financeiros do projeto.

As Demonstrações Contábeis sofrem distorções em função da inflação, motivo pelo qual será verificado, a seguir a inflação e a correção monetária.

2.4 INFLAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA

2.4.1 Inflação

Tem-se considerado a inflação como o aumento contínuo e generalizado de preços, e para que se tenha uma noção mais precisa a respeito do assunto, vê-se o que diz Gremaud *et. all* (2003, p.336): “A inflação pode ser conceituada como um aumento contínuo e generalizado dos níveis de preços. Ou seja, os movimentos inflacionários representam elevações em todos os bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço.”

Não se pode dizer, portanto, que o aumento de um produto ou um conjunto de produtos de forma eventual ou periódica é caracterizado como um processo inflacionário, pois em um ambiente não inflacionário alguns preços aumentarão enquanto outros baixarão devido as alterações nas condições de mercado de cada um dos produtos.

Ainda de acordo com Gremaud *et. all*. (2003, p.336) “De início, podemos dizer que a inflação representa um conflito distributivo existente na economia mal administrada.” O que pode ser observado no caso brasileiro, em que a má administração é uma constante, e a inflação nos acompanha.

Um outro conceito, de acordo com Rossetti (2003, p.695) evidencia: “Inflação é a categoria predominante de variação do valor da moeda. Trata-se de um fenômeno universal, comum a praticamente todos os países. Corresponde a uma alta generalizada dos preços dos bens e serviços expressos pelo padrão monetário corrente.

Analisando Singer (1980) conclui-se que a inflação do passado surgiu em diversos países por razões especiais, como as grandes guerras, onde o Estado usou o recurso de emissão de moeda, para suprir a necessidade de compra de armas, munições, veículos, etc., dada a urgência da ocasião, resultando inevitavelmente em inflação. Outros fatores, como a elevação ocasional da oferta mundial de ouro e prata, principais moedas do mundo no passado também impulsionaram a inflação. Além disso, também ocorria que os preços disparavam durante os períodos de guerra, registrando-se uma queda posteriormente, no entanto, esse quadro mudou após a Segunda Guerra Mundial, em que não se registrava queda nos períodos de recessão.

Atualmente a Lei 9249/95 extinguiu a sistemática de correção monetária para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 1996 conforme redação do seu artigo 4º:

Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que trata a Lei 7799 de 10 de julho de 1989 e o art. 1º da Lei 8200 de 28 de julho de 1991.

Parágrafo único: fica vedada a utilização de qualquer sistemática de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.

Os fatores relativos a origem da inflação são muitos, dentre os principais destacam-se alguns extraídos dos autores Ludícibus e Marion (2001)

- Inflação de custo: Denominação dada ao processo inflacionário desencadeado pela prática das grandes empresas de defender as margens de lucro repassando para os preços as elevações de seus custos unitários de produção. Tal modalidade de inflação pressupõe duas coisas:

a) crescimento do custo de produtos acima do ritmo da inflação e dos ganhos da produtividade.

b) Estruturas concentradas de mercado em que os preços não são determinados pelo livre jogo de demanda e oferta, mas fixados unilateralmente pela empresa.

- Inflação de demanda :Consiste no processo de elevação do nível geral de preços que decorre da existência de uma demanda que não pode ser atendida pela disponibilidade interna de bens e serviços.

Apesar da extinção da correção monetária, buscando desindexar a economia, questiona-se, se os baixos índices de inflação somados ao longo do tempo distorcem os valores das demonstrações contábeis e por consequência da análise de balanços, vê-se o que nos salienta a autora a seguir:

Kassai (2002, p.19/20/21) “Após a extinção da correção monetária nas demonstrações financeiras, diversos pesquisadores alertaram sobre as distorções causadas mesmo quando os níveis de inflação são baixos.”...() “ Os resultados apurados são totalmente diferentes e até conflitantes...” () “ como já tivemos a oportunidade de demonstrar, por diversas vezes, o que está errado é deixar de reconhecer a inflação nas demonstrações contábeis.”() “ A análise das demonstrações financeiras é uma importante ferramenta na coleta de informações para usuários externos... contudo esta ferramenta também pode levar a conclusões errôneas, desde que os efeitos inflacionários sejam desconsiderados...”

Fica claro a ênfase da autora no que se refere a informação contábil, originada das demonstrações contábeis, sendo estas distorcidas pelos efeitos inflacionários.

Tem-se um alerta sobre a aplicação da Lei n.º 9.249 de 1995, pois a partir da mesma as empresas deixaram de considerar os efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras. E com o crescimento da

inflação é possível que se esteja gerando informações contábeis de baixa qualidade.

2.4.1.1 Índices de Inflação

De acordo com Gremaud *et. all.* (2003) tem-se que por meio de artifício matemático os índices de preços tentam medir o comportamento dos preços através dos tempos. Apesar de toda a estatística não refletir a exata realidade, é de indispensável valia no momento atual.

Devido a diversidade dos itens pesquisados, de seus diferentes pesos no consumo das mais variadas populações a que se destinam, são utilizadas fórmulas complexas para a sua determinação, tais como Laspeyres, Paasche.

Serão evidenciados alguns índices conforme ressalta Gremaud *et. all.*(2003)

SNIPC – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor

A partir de 1978 o IBGE assumiu o índice de preços ao consumidor do Ministério do Trabalho. Foi utilizado o IPC como indexador dos salários até 1979. A partir daí o IBGE elaborou o IPC restrito e o IPC amplo. O restrito tem por finalidade ser o indexador das famílias com renda exclusiva do trabalho. Já o IPC amplo para as famílias com rendas diferenciadas.

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Restrito

É baseado nos índices de nove regiões metropolitanas mais Brasília e Goiânia. A sua população é de famílias com renda entre um(1) e oito(8) salários mínimos, renda esta exclusiva do trabalho assalariado.

É elaborado mensalmente, e os valores atuais são comparados com o do mês anterior. A estrutura do índices é baseado na pesquisa de orçamentos familiar de 1996, onde cada região brasileira é representada pelas suas capitais e a proporção da população urbana é considerada a do estado em que a capital se situa. As famílias são consideradas todas elas com o mesmo peso.

Nos produtos especificados o preço é coletado em cada estabelecimento conforme a marca e o tipo. Nos produtos não específicos considera-se o produto mais vendido.

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Difere do INPC na estrutura das classes sociais de referência. Este índice considera famílias com renda entre 1(um) e 40(quarenta) salários mínimos sem distinção de fonte de renda. O objetivo deste índice era o de constituir-se no indexador do mercado.

IPC Fipe – Índice de Preços ao Consumidor da FIPE

É o índice de preços ao consumidor do Município de São Paulo que mede o custo de vida das famílias paulistanas. É calculado para famílias com renda entre 1 e 20 salários.

Este índice possui um cadastro de estabelecimentos varejistas e prestadores de serviços juntamente com um painel de domicílios. A pesquisa é realizada a cada quatro(4) semanas durante sete(7) ou (8) dias. O IPC mensal corresponde sempre ao resultado apurado para a 4º quadrisemana do mês calendário de referência.

IGP e IGP-M da FGV

O IGP é um combinação de três índices:

IPA – Índice de Preços por Atacado.

IPC-BR – Índice de Preços ao Consumidor

INCC – Índice Nacional de Custos de Construção.

A proporção do cálculo do IGP se articula desta maneira:

$$\text{IGP} = 0,6 \text{ IPA} + 0,3 \text{ IPC} + 0,1 \text{ INCC}$$

a) os 60% representados pelo IPA equivalem aos valores da produção, transportes e comercialização de bens de consumo e de capital nas transações do atacado.

b) Os 30% do IPC equivalem ao valor do setor varejista e serviços de consumo.

c) Os 10% do INCC corresponde a indústria e construção civil.

IPA - Índice de Preços por Atacado

É um indicador de preços de abrangência nacional. O peso de cada mercadoria corresponde a sua parcela no valor total com base nos coeficiente do valor da transformação industrial e valor da transformação agropecuária.

Os preços são levantados diariamente durante todo o mês e são realizadas cerca de 1600 tomadas de preços.

IPC BR - Índice de Preços ao Consumidor

Mede a evolução dos preços no varejo na cidade do Rio e São Paulo com renda entre 1 e 33 salários.

A cesta básica do IPC é constituída de cerca de 480 mercadorias e serviços, sendo a coleta realizada a cada 10 dias por donas de casa contratadas e pesquisadores da FGV.

INCC - Índice Nacional de Custos de Construção

Tem a finalidade de medir a evolução dos custos da construção habitacional em 20 regiões metropolitanas. A coleta é feita mensalmente por 905 informantes.

IGP- M – Índice Geral de Preços de Mercado

É voltado para o mercado financeiro. O período de pesquisa é feita entre 21 e 20 do mês de referência. O cálculo é realizado a cada 10 dias e o resultado final corresponde a relação entre os três cálculos.

Esse último índice será usado no presente trabalho por representar o indexador do mercado financeiro, pois leva em consideração três índices para o seu cálculo, o Índice de Preços por Atacado (IPA), o Índice de Preço ao Consumidor (IPC-BR) e o INCC (Índice Geral de Preços de Mercado). Como este trabalho visa corrigir demonstrações financeiras pretende-se utilizá-lo por ser o mais completo.

2.4.2 Correção Monetária

A contabilidade enfrenta um grande desafio relacionado à inflação. Os diferentes níveis de poder aquisitivo da moeda é um problema que o analista encontra para a correta interpretação dos demonstrativos contábeis, principalmente quando se relacionam com dois ou mais exercícios, deixando de expressar a realidade patrimonial e de resultados. Para contornar esse problema foi incorporada a Correção Monetária.

Tem-se conforme o site www.receita.fazenda.gov.

A fim de aumentar o prazo da dívida pública mobiliária e garantir retorno aos investidores, captando mais recursos o Poder Executivo Federal, pela lei 4357 de 16 de julho de 1964 autorizou a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional.

Nascia assim a Correção Monetária no Brasil. Para equilibrar-se o governo decidiu estender a correção monetária aos tributos.

De acordo com Greco e Arend (1997, p.449) “A Correção Monetária é um recurso que procura levar os balanços e os resultados a valores mais aproximados da realidade.”

Dentre as técnicas de Correção Monetária tem-se a Correção Monetária Convencional e a Correção Monetária Integral.

2.4.2.1 Correção Monetária Convencional

Foi adotada pela Lei n.º 6.404 de 1976 em que corrigia-se as contas de Ativo Permanente (imobilizado, investimentos e ativo diferido) e de Patrimônio Líquido (capital, reserva e lucros).

Os ativos monetários (moedas e títulos a receber) são prejudicados com a inflação, registrando-se perdas, já nos passivos monetários (direitos de terceiros) registra-se ganhos com a inflação. Os ativos monetários e os passivos monetários são confrontados entre si e lançados a resultado.

Os ativos não - monetários (bens) não sofrem nem perdas nem ganhos, mas devem ter seus valores atualizados.

A Correção Monetária Convencional apresenta algumas deficiências como o fato de não corrigir os ativos não - monetários (estoques e despesas antecipadas), e não corrigir despesas e receitas.

2.4.2.2 Correção Monetária Integral

Neste estudo não utilizar-se-á a correção monetária integral devido a dificuldade de acesso a dados completos, requisito para sua utilização. Contudo, acredita-se importante analisar no que consiste este método pois tem sido muito utilizado.

A Correção Monetária Integral surgiu para que houvesse um melhor entendimento das informações das demonstrações contábeis, visto que amplia a análise das mesmas.

Segundo Matarazzo (2003, p.106) a Correção Monetária Integral é "...processo de Correção Monetária em que todas as contas do Balanço e da Demonstração do Resultado são convertidas numa moeda de capacidade aquisitiva constante."

Através do método de Correção Monetária Integral todas as contas do Balanço e da Demonstração do Resultado do Exercício seriam corrigidas e convertidas em uma única moeda, o que a torna mais completa e adequada, pois demonstra melhor os efeitos da inflação em cada conta.

Conforme Braga (1998, p.179) a Correção Monetária Integral "Consiste na reestruturação das demonstrações contábeis, preparadas com base na contabilidade a custo histórico (ou valor original) em outras em que os valores são corrigidos, a fim de refletir a alteração ocorrida no poder aquisitivo da moeda"

A Comissão de Valores Mobiliários através da instrução n.º 64 de 1987 tornou-a obrigatória, sendo extinta através da Lei n.º 9.249/95 devido as medidas econômicas do Plano Real.

2.5 ANÁLISE DE BALANÇOS

Para visualizar o efeito da inflação nos índices de análise de balanços, pretende-se estudar como é constituída a sistemática de análise de balanços.

2.5.1 Conceito de análise de balanços

A análise de balanços é um dos ramos mais importantes da contabilidade. A contabilidade, além de atender as necessidades de registro e controle, tem também a finalidade de fornecer informação seja para a administração, investidores, credores, fornecedores, bancos, etc. Esta importância informativa da contabilidade é em grande parte representada pela análise de balanços. Através de demonstrativos contábeis criados para melhor divulgar as informações geradas pela contabilidade pode-se obter outras informações importantes através da análise de balanço.

Segundo Ludícibus (1998, p.20/21) análise de balanços é “A arte de saber extrair relações úteis para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento...”.

Este conceito nos faz inferir que não existe uma regra de análise no que se refere a análise de balanços, cabe neste íterim a influência pessoal de cada analista. Como toda arte, é única para cada artista. Claro que a análise de balanços segue certos padrões já consagrados pelos métodos científicos, sendo que este não impede a expressão da criatividade.

Neves e Vicecont (2002, p.437), a análise é “ Estudo da situação patrimonial da entidade através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa.”

Neste conceito o autor deixa claro que a interpretação faz parte da análise de balanços, portanto, é nesta interpretação que o analista vai impor a sua característica.

2.5.2 Objetivos da Análise de Balanços

Entende-se como o objetivo crucial da análise de balanços fornecer as prerrogativas necessárias para fundamentar a decisão, seja do administrador, do investidor, ou seja, a quem possa interessar esta informação. A análise de balanços fornece uma base financeira para a decisão, porém, não é o único vetor de influência na decisão final. Outros aspectos relativos a ativos intangíveis e questões culturais e subjetivas também exercem influência.

Segundo Matarazzo, (2003, p.15) "A análise de balanços tem objetivo de extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisões."

Corroborando o autor, o que é mais relevante para a análise de balanços é transformar em informação o que foi gerado pelo processo contábil, portanto, “a análise de balanços começa onde termina a contabilidade”. Se a contabilidade é o produto na linha de produção de uma indústria, a análise de balanços é a embalagem.

Analisa-se também o objetivo da análise de balanços segundo Neves e Vicecont (2002, p.437): “Fornecer informações numéricas de dois

ou mais períodos de modo a auxiliar e instrumentar acionistas, administradores, fornecedores, cliente, governo, instituições financeiras, investidores e outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas em conhecer a situação da empresa ou para tomar decisões.”

Neste conceito o autor ressalta os diversos clientes que a análise de balanço visa atender não se restringindo apenas aos administradores. Para a análise de balanços ser útil aos seus usuários como administradores, acionistas nem sempre afeitos a termos técnicos, os analistas principalmente em seus relatórios devem usar uma linguagem acessível para transmitir as informações.

O analista através de seu relatório cumpre o papel de interpretar os dados da técnica contábil, transformando em informações que podem ser mais facilmente entendidas e utilizadas.

2.5.3 Importância da Análise de Balanços

A análise de balanços não se detém apenas a um demonstrativo, no caso, o balanço patrimonial, mas numa análise mais abrangente de outros demonstrativos como a Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa.

A análise de balanços é tão antiga quanto a criação dos demonstrativos, começou a ser mais utilizada pelos bancos no fim do séc XIX para controlar o fornecimento de financiamentos.

Alguns fatos históricos em relação à análise de balanços conforme Matarazzo (2003): Em 1915 o banco central dos EUA obrigou a apresentação de balanços aos bancos, já em 1918 padronizou a demonstração de lucros e perdas. Alexandre Wall em 1919, considerado

o pai da análise de balanços criou um modelo de análise através de índices. Em 1925, Stephan Gilman começou a analisar balanços sucessivos de uma mesma empresa criando a análise horizontal. Na década de 30, um modelo de rentabilidade ROI (*Return On Investment*) foi criado pela empresa Du Pont. No Brasil em 1968, a SERASA começou a utilizar a análise de balanços, operando como central dos bancos comerciais.

Atualmente é bastante utilizada pelos investidores que em suas decisões de comprar ações de determinada empresa, se utilizam dos balanços da mesma, não sendo este o único fator decisório mas um dos mais importantes. Já os bancos exigem uma análise mais profunda para conceder financiamento o que impulsionou o desenvolvimento da análise de balanços.

De acordo com Ludícibus (1999, p.19) "... se uma boa análise de balanços é importante para os credores e investidores em geral, agências governamentais, acionistas não é menos necessária para a gerência...". Conforme o autor salienta a análise de balanços é tão importante para a gerência quanto para os outros setores. Ressalta-se também a importância da análise de balanços no aspecto gerencial como fonte de informações e meio de controle para a tomada de decisões. Daí a importância de se manter as peças contábeis atualizadas, bem como seu registro mais correto.

A análise de balanços é tão ou mais importante na proporção em que suas informações afetam as decisões da administração.

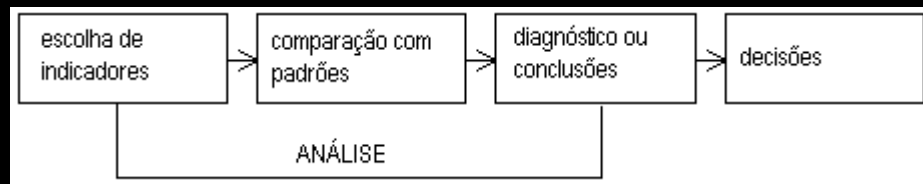
Dentro do contexto gerencial da análise de balanços a empresa pode utilizá-la como ferramenta do planejamento estratégico focalizando não somente a situação interna, mas também para fazer a comparação com os principais concorrentes. A partir disto, a empresa pode medir suas

condições no mercado em que atua e detectar com mais facilidades obstáculos e oportunidades. A empresa poderá analisar os índices de retorno do investimento dos principais concorrentes ou do ramo em que atua e comparar com seu desempenho analisando em que velocidade está crescendo em relação aos adversários.

Vê-se agora os passos recomendáveis para um melhor processo de análise.

2.5.4 Metodologia

A análise de balanços, como qualquer outro conhecimento científico segue certos parâmetros de comprovação, conforme o quadro a seguir, segundo Matarazzo,2003:



Reportando este método para análise de balanços, primeiramente os indicadores são extraídos das demonstrações financeiras, em seguida comparados com os padrões, posteriormente as informações obtidas são analisadas, é realizado um diagnóstico para verificar sua relevância e precisão e finalmente é tomada a decisão.

Analisa-se agora as técnicas mais utilizadas pela análise de balanços.

2.5.5 Técnicas de Análise

2.5.5.1 Análise Vertical/Horizontal:

Segundo Neves e Vicecont (2002) tem-se que a análise vertical e horizontal fornece informações de tendências da empresa, do seu andamento através dos meses ou anos baseado nos seus demonstrativos, principalmente o balanço. São extremamente prejudicados numa economia inflacionada.

As análises vertical e horizontal são geralmente realizadas após o cálculo dos índices e devem ser analisados em conjunto com estes. Esta análise pode revelar mais detalhes que podem passar despercebidos pelos índices.

Conforme salienta Matarazzo(2003, p.243) “ Por intermédio desse tipo de análise pode-se conhecer pormenores das demonstrações financeiras que escapam a análise genérica através de índices.”

Sugere o autor supra citado que a análise horizontal e vertical seja feita posteriormente a análise através de índices.

Conforme Neves e Vicecont (2002) a análise vertical tem por objetivo medir o percentual de cada componente em relação ao todo do qual faz parte e fazer as comparações caso existam dois ou mais períodos.

A análise vertical de acordo com Assaf Netto (2000) compara cada item do balanço ou DRE em relação com os valores totais, por exemplo a conta caixa geralmente, é comparada com o total do ativo e a conta fornecedores é comparada com o total do passivo. Pode-se utilizar a

comparação do índices de anos anteriores para verificar possíveis alterações.

A análise horizontal ou de evolução tem por objetivo conforme Neves e Vicecont (2002) analisar o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou de resultado, numa determinada série histórica de exercícios. Atribui-se a base 100% e verificar a variação % para os demais períodos. Pode ser nominal ou real.

A análise horizontal evidencia a evolução de cada conta, tendo como base seu valor em um ano base, sendo comparado com os subsequentes.

2.5.5.2 Análise Através de Índices

São extraídos diretamente do balanço, existem também índices extraídos da DOAR e do Fluxo de Caixa, são comparados com índices-padrão (são os índices calculados tendo como base outras empresas do mesmo setor) que produzem informações objetivas sobre a situação da empresa como sua liquidez, nível de endividamento, grau de insolvência e rentabilidade.

A análise de balanços tem seu ponto forte no cálculo e interpretação dos índices, porém não se detém apenas a isto. Vê-se o que diz o autor, Matarazzo (2003, p.147), “Índice é a relação entre as contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que usa evidenciar determinados aspectos da situação econômica ou financeira de uma empresa.”

Conforme Matarazzo (2003, p.148) “ Outros fatores, como prestígio da empresa junto ao governo, relacionamento com o mercado financeiro etc., podem fazê-la operar indefinidamente, mesmo que mantenha sempre elevado o endividamento. O índice financeiro, porém, é um alerta.”

Ainda com Matarazzo (2003, p.150) “Os índices são divididos em índices que evidenciam aspectos da situação financeira e índices que evidenciam aspectos da situação econômica.”

Situação Financeira = Liquidez e Estrutural

Situação Econômica = Rentabilidade

Analisar-se-á, agora, de uma forma mais detalhada esses índices, para que se tenha um melhor entendimento do assunto.

2.5.5.2.1 Índices de Liquidez

Os índices de liquidez visam avaliar a capacidade financeira da empresa, medindo sua disponibilidade em relação a suas exigibilidades. Fornecem um idéia de como o capital de giro líquido está sendo administrado, com o objetivo de satisfazer compromissos de pagamento com terceiros

Conforme Assaf Neto (2000, p.166)

Há inúmeros índices que podem ser utilizados para aferir o desempenho do Ativo Circulante e do Capital de Giro Líquido e para medir a liquidez da empresa. Devem ser manejados para que se extraiam as melhores conclusões, de maneira comparativa, seja relacionando-os com os apurados em períodos passados (evolução temporal) ou com os valores apresentados por outras empresas do mesmo setor.

Observa-se dessa forma que estes índices mostram a base da situação financeira da empresa.

2.5.5.2.1.1 Liquidez Absoluta, Imediata ou Instantânea (LI)

De acordo com Assaf Netto (2000) a liquidez imediata indica quanto a empresa tem em relação ao que deve para terceiros. A mesma representa o quanto a empresa dispõe imediatamente para saldar compromissos de curto prazo.

2.5.5.2.1.2 Liquidez Seca (LS)

Ainda com Assaf Netto (2000) a liquidez seca indica que para cada 1 real de dívida de curto prazo a empresa dispõe de x bens e direitos de curto prazo – estoques. Se o quociente fosse igual a 1 indicaria que os estoques estão livres de dívidas. (quanto maior melhor).

2.5.5.2.1.3 Liquidez Corrente (LC)

De acordo com Assaf Netto (2000) a Liquidez corrente significa o quanto a empresa dispõe de bens e direitos de curto prazo em relação as dívidas de curto prazo.(quanto maior melhor).

2.5.5.2.1.4 Liquidez Geral (LG)

Diz Braga (1999, p.143) “ Este índice indica a capacidade financeira da empresa para solver todos os compromissos para com seus credores de curto e longo prazo.”

Tem-se com este índice que para cada 1 real de dívidas totais a empresa dispõe x de bens e direitos totais (quanto maior melhor).

2.5.5.2.1.5 Solvência Geral

Observa-se conforme Neves e Vicecont (2002) que, com o índice de Solvência Geral a empresa, para cada real de dívida total, dispõe de x no ativo total para pagar.

Se = 1 a empresa estaria em pré – insolvência.

Se > 1 a empresa seria insolvente, passivo a descoberto.

Se < 1 quanto mais elevado melhor será a situação da empresa.

2.5.5.2.2 Índices de Endividamento ou de Estrutura

Os índices de endividamento serão analisados abaixo conforme dados extraídos de acordo com Neves e Vicecont (2002)

2.5.5.2.2.1 Endividamento Geral ou Total (ET)

Demonstra a proporção do capital próprio com relação ao capital de terceiros. O endividamento indica o montante de recursos de terceiros que está sendo usado na tentativa de gerar lucros.

2.5.5.2.2.2 Garantia de Capitais de Terceiros

É a relação de Dívidas de Curto Prazo (Passivo Circulante) com dívidas totais com terceiros (Passivo Exigível)

Verificou-se que os índices de endividamento são muito importantes para a análise de balanços pois indicam a relação de dependência da empresa com relação ao capital de terceiros.

2.5.5.2.3 Índices de rotação

Estes índices demonstram com que velocidade os recursos entram e são utilizados para a gerar recursos.

Para a análise dos índices de rotação fez-se uma pesquisa abordando os autores Neves e Vicecont (2002)

2.5.5.2.3.1 Rotação do Ativo

Indica a eficiência com a qual a empresa utiliza os seus recursos totais no ativo para proporcionar vendas. Ou ainda, quantas vezes as vendas giraram os recursos do ativo

2.5.5.2.3.2 Rotação do Patrimônio Líquido

Quanto maior for esse índice, melhor será o aproveitamento dos recursos. Se as vendas estivessem sido atendidas somente com os recursos próprios teriam x giros do Patrimônio Líquido.

2.5.5.2.3.3 Rotação ou Giro do Ativo Operacional(RAO)

As vendas promoveram um giro de x vezes o montante dos recursos aplicados o ativo operacional. Quanto maior o índice melhor o aproveitamento de recursos aplicados no ativo operacional.

2.5.5.2.3.4 Rotação ou Giro do Ativo Total Médio

As vendas promovem com o cálculo deste índice um giro de x vezes do valor aplicado no ativo total médio. Quanto maior melhor.

2.5.5.2.3.5 Rotação ou Giro do ativo Permanente

Este quociente mede a eficiência com a qual a empresa utiliza seus Ativos Permanentes para proporcionar vendas. O valor do quociente mostra que as vendas líquidas promoveram um giro de x vezes o valor aplicado no Ativo Permanente.

2.5.5.2.3.6 Prazo Médio de Renovação de Estoques

Indica, com este índice quantas vezes o estoque girou durante o ano.

2.5.5.2.3.7 Prazo Médio de Recebimento de Contas a Receber

Este quociente indica o prazo médio de cobrança dos créditos, e é tido com a divisão de vendas a prazo pela média de valores a receber, sendo que a média valores receber é igual a duplicatas receber inicial mais a final dividido por dois.

2.5.5.2.3.8 Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores

Indica o Prazo Médio necessário ao pagamento das obrigações com fornecedores.

Conclui-se que os índices de rotação são de extrema relevância pois através deles tem-se uma base do tempo em que as atividades operacionais são desenvolvidas.

2.5.5.2.4 Análise da Rentabilidade

O conhecimento do retorno do investimento é importante para a sobrevivência da empresa. Este cálculo pode afetar suas principais decisões tais como, se continuará suas atividades, se mudará de ramo, se expandirá o negócio abrindo filiais ou ainda se investirá em outras companhias.

Ao criar uma empresa com fim comercial, precisa-se remunerar o capital de quem nela investiu. Para a empresa ter continuidade e atingir o seu fim, faz-se necessário não só o lucro, mas um bom nível de remuneração do capital investido, sendo que se possa verificar a vantagem da escolha do empreendimento.

Basicamente, o cálculo do retorno sobre o investimento constitui a razão entre o lucro e o capital investido seja o ativo ou o patrimônio líquido.

Conforme Matarazo (2003) o lucro é o benefício, o ganho de capital, e investimento é aplicação dos recursos de dinheiro, tempo e esforço. Portanto, o benefício da aplicação dos recursos de tempo, dinheiro e esforço consiste no retorno do investimento.

No balanço nos tem-se várias contas que formarão os ativos, passivos e patrimônio líquido. Estes valores servirão de base para a análise de balanços e para o cálculo do retorno do investimento.

Segundo Ludícibus (1998, p.110) “Expressar a rentabilidade em termos absolutos tem uma utilidade informativa bastante reduzida”.

Entende-se na frase do autor que a análise da rentabilidade vai revelar a verdadeira proporção existente entre o capital investido e o que está sendo remunerado. Por isso o cálculo do retorno do investimento é uma informação importante, característica essa da análise de balanços. Com isso vê-se que analisar um lucro de 100 milhões de uma empresa é uma coisa, e verificar que a empresa remunerou 5% do seu capital é bem diferente, esta é a informação importante, que gera decisão e efeito na vida da empresa.

2.5.5.2.4.1 Taxas de Retorno

Conforme Matarazzo (1998, p.400) "A Demonstração do Resultado do Exercício evidencia o produto das atividades da empresa. "

A Receita Bruta de Vendas, Receita Líquida de Vendas, Lucro Bruto, Lucro Operacional, Lucro Antes do Imposto de Renda, Lucro Líquido evidenciam valores da atividade da empresa relacionados com investimentos realizados por ela.

2.5.5.2.4.1.1 Margem Operacional e Margem Líquida

Basicamente este índice compara o lucro com as vendas líquidas.

Conforme Ludícibus (1998, p.111)

$$\text{Margem Operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Fornece a proporção do lucro em relação às vendas, pode se usar também as Vendas Brutas. Geralmente as empresas com valores de venda muito altos obterão índices muito baixos deste coeficiente.

2.5.5.2.4.1.2 Giro do Ativo

Fornece a rotação do ativo para produzir a receita.

De acordo com Ludícibus (1998)

$$\text{Giro do Ativo Operacional} = \frac{\text{Receitas Operacionais Líquidas}}{\text{Ativo Operacional Médio}}$$

$$\text{Giro do Ativo Total} = \frac{\text{Receitas Líquidas}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

2.5.5.2.4.1.3 Retorno sobre o Investimento ou Retorno sobre o Ativo

Ainda com Ludícibus (1998),

Retorno sobre o Investimento Operacional = Margem Operacional x Giro do Ativo Operacional

Retorno sobre o Investimento Total = Margem Líquida x Giro do Ativo Total

Tomando as fórmulas anteriores tem-se: $\frac{\text{Lucro} \times \text{Vendas}}{\text{Vendas} \times \text{Ativo}}$

$$\text{Logo : Retorno s/ Investimento} = \frac{\text{Lucro}}{\text{Ativo}}$$

Acredita-se que este cálculo é de extrema relevância para a empresa, por isso preocupa-se com efeito da inflação sobre o mesmo.

Observa-se o que diz sobre este cálculo: Ludícibus (1998, p.111) “É provavelmente o mais importante quociente individual de toda análise de balanços.”

Ainda com Ludícibus (1998, p.111) “ Este quociente deveria ser usado como o grande teste geral de desempenho de uma empresa, numa base comparativa entre os dados obtidos e a meta desejada de retorno.”

Nota-se que é importante desdobrar a fórmula em margem e giro para melhor visualizar onde se encontra o fator preponderante do desempenho.

Conforme afirma Ludícibus (1998, p.114)

É possível que o problema da queda da taxa de retorno, resida na margem. Nesse caso, procuraremos um controle eficiente de despesas e agilização da política de vendas. Se todavia o problema estiver ao lado do giro, é possível que devamos também concentrar nossa atenção na administração do nosso ativo, evitando ociosidade de recursos.

Este método de análise de desempenho tem sido denominado sistema *Dupont* de Análise Financeira

2.5.5.2.4.1.4 Custo da Dívida (CD)

Este quociente demonstra o quanto a empresa despende para ter os valores de terceiros aos seus cuidados.

Segundo Iudícibus (1998) tem-se:

$$CD = \frac{\text{Despesas Financeiras}}{\text{Passivo Gerador de Encargos}}$$

2.5.5.2.4.1.5 Retorno sobre o Patrimônio Líquido (Rs/PL)

Representa a remuneração dos acionistas em relação ao seu investimento.

Analisando Iudícibus (1998) vê-se:

$$\text{Retorno s/ PL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

$$\text{Retorno s/ PL} = \frac{\text{Taxa de retorno s/ ativ}}{\% \text{ do ativo financiado pelo PL}}$$

A vantagem desta fórmula de cálculo é que leva em conta a estrutura de capital da empresa.

$$\text{Retorno s/ PL} = \frac{\text{Taxa de retorno s/ ativo}}{1 - \frac{\text{exigível total}}{\text{exigível} + \text{PL}}}$$

O retorno sobre o patrimônio líquido é importante para evidenciar como a administração está utilizando os recursos próprios e de terceiros para remunerar os acionistas.

2.5.5.2.4.1.6 Grau de Alavancagem Financeira (GAF)

De acordo com Assaf Netto(2000) obteve-se a fórmula:

$$\text{GAF} = \frac{\text{Retorno s/ PL}}{\text{ROI}}$$

O grau de alavancagem financeira é obtido pela relação entre a taxa de retorno do capital próprio e do investimento.

Sempre que o GAF for maior que 1, denota que o capital de terceiros está influenciando positivamente o retorno do capital próprio da empresa, em razão do aumento do lucro líquido em relação ao Patrimônio Líquido.

O GAF menor que 1 reflete uma situação desfavorável em termos de alavancagem financeira para a empresa. Identifica-se um custo de financiamento por meio de recursos de terceiros superior ao retorno que esses recursos podem gerar nos ativos da empresa.

2.5.5.2.4.1.7 Alavancagem Financeira

É o retorno sobre o ativo mais a diferença da proporção entre o retorno sobre o ativo e o custo da dívida em relação ao patrimônio líquido.

Matarazzo (2003, p.397) afirma: “ O retorno do capital próprio de uma empresa depende tanto da rentabilidade do negócio quanto da boa administração financeira.”

Segundo Matarazzo tem-se:

$$\text{Retorno sobre o Ativo} = \frac{\text{lucro antes das despesas financeiras}}{\text{Ativo Operacional}}$$

Quanto maior o índice melhor a eficiência, mostra qual a rentabilidade do negócio.

$$\text{Custo da Dívida} = \frac{\text{Despesas Financeiras}}{\text{Passivo Gerador de Encargos}}$$

A empresa utiliza capitais de terceiros que tem uma remuneração. Se o custo da dívida é maior que o Retorno sobre o Ativo, a empresa paga para funcionar mais do que rende o seu negócio.

O Retorno sobre o Ativo e o Custo da Dívida são estratégias para otimizar o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, são informações gerenciais para definições delas.

R_s/PL expressa a taxa de retorno produzida pelo capital próprio investido na empresa.

$$R_s/PL = R_s/Ativo + \frac{(R_s/Ativo - CD) \times PE}{PL}$$

$(R_s/Ativo - CD)$ – essa diferença é direcionada a responsabilidade dos proprietários da empresa, se positiva indica que a empresa obtém rendimentos superior ao percentual que paga para utilizar capital de terceiros.

(PE/PL) - Relação entre Passivo Exigível e PL, quanto maior este índice, maior a capacidade da diferença anterior em proporcionar a Alavancagem da empresa.

Desdobramento do GAF

$$\text{GAF} = \frac{\text{R s/ PL}}{\text{R s/ A}} \quad \text{como} \quad \frac{\text{R s/ PL}}{\text{R s/ A}} = \frac{\text{R s/ A}}{\text{R s/ A}} + \frac{(\text{R s/ A} - \text{CD}) \text{ PE}}{\text{R s/ A} \text{ PL}}$$

$$\text{Logo: } \frac{\text{R s/ A} + (\text{R s/ A} - \text{CD}) \frac{\text{PE}}{\text{PL}}}{\text{R s/ A}} = \text{GAF}$$

$$\text{R s/ A}$$

Pode ocorrer do RsPL ter valor diverso do RsA. Isto decorre de como é utilizado o capital de terceiros e da proporção da dívida em relação ao patrimônio líquido. Nesta equação está evidenciado se o capital de terceiros está sendo utilizado para gerar lucros para os acionistas.

Matarazzo (2003, p.398) “ A taxa de Retorno do PL pode ser totalmente diversa da taxa de retorno do ativo em certos casos, até oposta. (...) ”Daí concluir-se que as vezes mais vale uma boa administração financeira que uma boa atividade operacional.”

Entende-se que o cálculo dos índices são de extrema importância e utilidade para que se tenha uma noção do comportamento econômico e financeiro da empresa. Através de sua análise há a possibilidade de se verificar a situação da empresa. A seguir, será exposto um exemplo prático para que se tenha uma melhor visão do que foi mencionado.

3 DESENVOLVIMENTO

Buscar-se-á com um exemplo prático demonstrar o efeito da inflação, que causa distorções nos índices de análise de balanços, com ênfase nos de rentabilidade, pois acredita-se que são de extrema relevância para a empresa.

Primeiramente será apresentado o balanço extraído diretamente da publicação, nos anos de 2002 e 2003 juntamente com sua atualização pelo IGP-M (25,3% em 2002 e 8,69% em 2003). Posteriormente são apresentados os índices calculados com o balanço original e a seguir com o balanço atualizado. Conforme exposto anteriormente, foi usado o índice IGP-M pois representa o indexador do mercado financeiro, utilizado para atualização de contratos e negócios do mercado de capitais.

A seguir, tem-se o balanço patrimonial da empresa Concepa Fre Way.

Quadro 1 : Balanço Patrimonial Concepa Fre Way

Analisando o balanço acima apresentado, verifica-se que a conta lucros ou prejuízos acumulados teve significativa mudança devido a correção monetária.

A seguir apresentar-se-á os lançamentos efetuados para ajuste do resultado do exercício, podendo visualizar o porque da alteração do patrimônio líquido.

Quadro 3 : Lançamentos

Lançamentos		2002	
Registro das Variações			
D	Ativo Permanente		
C	Correção Monetária		24.905,57
Valor referente variação do AP			
D	Correção monetária		
C	Patrimônio Líquido		5.225,21
Valor referente variação do PL			
Saldo da Correção Monetária			
Correção Monetária	Débito	Crédito	
		24.905,57	
	5.225,21	-	
		19.680,36	
Lançamentos 2003			
Registro das Variações			
D	Ativo Permanente		
C	Correção Monetária		15.026,49
Valor referente variação do AP			
D	Correção monetária		
C	Patrimônio Líquido		8.597,82
Valor referente variação do PL			
Correção Monetária	Débito	Crédito	
		15.026,49	
	8.597,82	-	
		6.428,67	

Os lançamentos representam a atualização do valor nominal do Ativo Monetário e do Passivo Monetário. O Ativo Monetário perde valor real, e portanto seu valor nominal tem que ser atualizado, esta atualização representará um débito de correção monetária. O passivo monetário também perde valor real, e portanto sua atualização representa um ganho para a empresa, por isso é lançado a crédito de correção monetária.

Os lançamentos acima representam a atualização dos valores monetários, contudo foram corrigidos o ativo permanente e patrimônio líquido conforme a lei, pois refletem as perdas e ganhos dos itens monetários.

Abaixo são apresentadas as distorções dos índices calculados, que estão demonstrados em anexo .pagina 55.

Analisando-se as distorções causadas pela inflação, nota-se que a variação não é uniforme. Isto porque a correção monetária convencional corrige o valor nominal do ativo permanente e do patrimônio líquido, sendo que os índices que os possuem são os afetados.

Os índices de estrutura de capital apresentam variação diferenciada entre si, como por exemplo, o índice de composição do endividamento que não sofre os efeitos da inflação. Já os índices de

participação de capitais de terceiros e imobilização do PL apresentara distorções de 63% e 54% em 2002 para menos respectivamente.

Os índices de liquidez não apresentam variação pois seus valores atualizados são compensados diretamente na conta correção monetária e seu valor nominal não é alterado.

Os índices de rentabilidade são fortemente alterados, isto porque o saldo da correção monetária altera o lucro líquido. No caso estudado devido a valorização do ativo permanente a empresa teve um aumento de 320% na margem líquida, 278% na rentabilidade do ativo e 181% na rentabilidade do PL em 2002, seguindo os mesmos parâmetros em 2003. Contudo, o giro do ativo não apresentou melhora e sim queda, isto devido a receita líquida não ser corrigida e a atualização do ativo permanente também contribuir para isto.

Nas taxas de retorno observa-se que, no caso do retorno sobre o investimento total houve expressivas distorções, acima de 200%, assim como o retorno sobre o capital social. No retorno do capital de terceiros não houve alteração pois nenhum item é corrigido. No retorno sobre as vendas a distorção foi bem menor devido as vendas líquidas não serem corrigidas, sendo esta distorção causada pelo ativo.

O grau de alavancagem financeira obteve distorções de 56% para 2002 e 17% para 2003 sendo que quase todos os seus coeficientes foram alterados.

Os analistas e usuários das demonstrações contábeis devem se atentar para estas distorções, a utilização da correção monetária convencional, mesmo não sendo a ideal, que seria a correção monetária

integral, já revela o efeito nocivo da inflação ao longo prazo para questão de análise.

Manter os demonstrativos atualizados parece ser uma medida de precaução contra possíveis decisões equivocadas, principalmente naquelas relacionadas com os índices de rentabilidade. Estes são brutalmente afetados pela inflação devido ao saldo da correção monetária atingir diretamente o lucro líquido, sendo este base para a análise da rentabilidade.

No exemplo citado neste trabalho ficou evidente esta situação com distorções acima de 200%, sendo assim, certamente será prejudicada com qualquer decisão tomada em cima de demonstrativos desatualizados.

Acredita-se de grande valia as demonstrações contábeis e sua análise para os vários usuários, portanto, deve-se prezar pela qualidade dessas informações, para que não se perca a credibilidade dessas análises e não se desvalorizem os profissionais que geram estas informações.

4 CONCLUSÃO

As informações obtidas através da análise de balanços são de extrema importância para as empresas, pois através destas os gestores podem basear-se para a tomada de decisões. Sendo as demonstrações contábeis responsáveis pelo fornecimento de dados para que sejam feitas essas análises, devem estar em conformidade com a realidade, portanto não pode ser ignorada a existência da inflação.

O exemplo prático evidenciou as distorções dos índices calculados, principalmente porque a Correção Monetária atinge os valores do Ativo permanente e do Patrimônio Líquido e tem como objetivo principal o ajuste do Lucro Líquido, que é fortemente afetado pelo saldo da correção monetária.

Alerta-se para que a classe empresarial e os usuários das demonstrações contábeis preocupem-se com a qualidade das informações que estão utilizando e, aos contadores e analistas que tenham o cuidado de fornecer informações mais adequadas.

Ficou claro neste trabalho que mesmo a inflação registrando baixos índices mensais, a longo prazo tende a agravar-se, o que pode acarretar decisões equivocadas dos usuários, pois alguns índices apresentam diferenças significativas.

Ressalta-se o índice de retorno do investimento, que para a análise de balanços é considerado de grande relevância devido ao fato de fornecer informações importantes, que é a remuneração de todo o esforço empresarial, esforço este de capital e trabalho.

O assunto abordado fornece grande margem a pesquisas futuras, visto que pode ser desenvolvido um estudo com amostragem maior ou análises específicas em alguns setores da economia, o que revelaria aspectos importantes da questão enfocada.

Conclui-se que foi cumprida a finalidade deste trabalho, tendo em vista que, de modo geral, as questões propostas foram respondidas.

5 BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: Estrutura, análise e interpretação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FRANCO Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GREMAUD, Amaury Patrick...et al. **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**, 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCRE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Dicionário de termos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

KASSAI, Silvia. *Utilização da análise por envoltória de dados na análise das demonstrações contábeis*. **Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2002**

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico- financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Frase, 1997.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 11. ed. São Paulo: Frase, 2002.

SAMUELSON, Paul A; NORDHAUS, Willian D. **Economia**. 12. ed. Lisboa: MC Graw-Hill,1990.

SINGER, Paul. **Guia de inflação para o povo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

ROSSET, José Paschoal, LOPES, João Carmo do. **Economia monetária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

Site [http:// www.receita.fazenda.gov//](http://www.receita.fazenda.gov//)

